

O lugar e o papel da cooperação internacional no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

Fernando Campos
Docente da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
Responsável da Linha de Investigação em Africanologia
e Lusofonia/UEICTS, Doutorando em Ciência Política

Resumo

A Cooperação Internacional em São Tomé e Príncipe desempenhou e desempenha um papel importante no desenvolvimento do país.

Apesar das vicissitudes políticas e económicas após a Independência, com a instauração da democracia, São Tomé e Príncipe, obteve maior apoio da Comunidade Internacional, no sentido do seu desenvolvimento.

Muito ainda há a fazer, contudo, a aposta na valorização dos recursos humanos, faz com que a sociedade santomense se sinta envolvida neste processo de consolidação da democracia e de desenvolvimento do país, tendo consciência que este processo é longo.

Abstract

International Cooperation in S. Tomé and Príncipe has and continues to play an important role in the development of the country.

In spite of the post-independence political and economical vicissitudes, with the implantation of democracy, S. Tomé and Príncipe has obtained a greater support from the International Community, aimed at the country's development.

Much is to be done, yet the stakes placed in the valuation of human resources made the santomense community feel involved in this consolidation process of democracy and the country's development, having full knowledge that it is a lengthy process.

O desenvolvimento da política antecede a política do desenvolvimento e o continente africano ainda enfrenta o problema de desenvolver a política. Trata-se, na essência, da existência ou não de condições para a consolidação das novas instituições políticas, sem as quais, como a experiência o demonstra, qualquer tentativa no sentido do desenvolvimento socio-económico estará bastante fragilizada.

São Tomé e Príncipe, não foge à regra das preocupações políticas e económicas internacionais.

A economia de São Tomé e Príncipe assenta na agricultura de plantação, dependendo estruturalmente do cacau que durante os anos 80 correspondeu a 90% das exportações do país. A dependência do cacau aumentou desde a independência, deixando a economia vulnerável às oscilações do mercado mundial.

A baixa capacidade de absorção, em termos de preparação e execução de projetos, tem limitado o impacto da ajuda estrangeira.

A economia sofreu duas rupturas, desde a independência. A primeira, foi a nacionalização das empresas e a saída em massa, da população europeia, da elite são-tomense e da mão-de-obra. A segunda, foi o colapso de produção do cacau nos anos subsequentes.

Depois de 1975, toda a economia passou para o controlo do Estado, tendo sido adotada uma política baseada no planeamento central assente na linha marxista. Todas as principais plantações foram nacionalizadas, passando mais de 80% das terras para a propriedade pública.

A liberalização económica começou em 1985, através de um conjunto de reformas elaboradas para atrair o investimento externo e apoiar a canalização de ajuda. A privatização do setor estatal foi lançada, com a venda ou liquidação de empresas industriais e de serviços.

Em 1987, São Tomé iniciou o *Programa de Ajustamento Estrutural*, para o período de 1987-1989, financiado pelo *Banco Mundial* e pelo *Banco Africano para o Desenvolvimento*.

“Com o *PAE*, as autoridades pretendiam corrigir os desequilíbrios macroeconómicos, melhorar a produtividade do investimento público e criar incentivos necessários à prossecução de um crescimento sustentado”.¹

Neste sentido pretendia-se através do *PAE* “restaurar a estabilidade económica e financeira e por outro lado criar condições no médio e longo prazo para estimular o crescimento e desenvolvimento económico”.²

A diversificação da produção agrícola, a privatização das empresas públicas e a captação de capitais estrangeiros foram, igualmente, determinados como objetivos a cumprir. Foi ainda, autorizada a criação de uma zona franca, e projetado o surgimento do *Banco* “off-shore” e de entrepostos aduaneiros, com a finalidade de São Tomé se tornar num centro de prestação de serviços.

Em 1990, deveria ter sido introduzido o segundo programa, mas o Governo acabou por suspender o *PAE* face às medidas de austeridade que era necessário pôr em prática.

Em Janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições livres para a *Assembleia Nacional* e para a *Presidência da República*. “Ao novo governo, o *Banco Mundial* e o *FMI*

recomendaram, com carácter de urgência, o cumprimento de medidas que o anterior regime jamais tomara, tais como a desvalorização sucessiva da moeda – dobra – e o aumento de certos produtos essenciais”.³

O regime semipresidencial, implantado em 1991, e os direitos constitucionais reservados às instituições democraticamente eleitas nem sempre foram bem interpretados no arquipélago. Os primeiros cinco anos de aprendizagem da vivência democrática ficaram, por isso, marcados por crises políticas constantes. A mais conhecida, tem origem na aludida “incompatibilidade” entre o Presidente e o Governo, o que levou, três anos depois, à marcação de eleições antecipadas. A par disso, a principal preocupação das autoridades consistiu em gerir a crise económica e financeira e evitar a rutura social.

A situação permitiu, no entanto, afastar ainda mais os financiadores que recearam pela condução económica do país.

Contudo, em setembro de 1991, o *PAE* foi retomado, depois de o Governo ter estabelecido contatos com o *Banco Mundial* e com o *FMI*. O preço dos combustíveis aumentou 300% e o sistema comercial foi liberalizado. Simultaneamente, os salários foram congelados. A diminuição do poder de compra e a subida generalizada do preço de produtos básicos conduziram a manifestações de descontentamento popular.

Os organismos internacionais continuam, de um modo geral, a aconselhar a reabilitação das infraestruturas produtivas e sociais, mas isso significa recorrer a financiamentos externos e encarecer ainda mais a dívida. Mas, para a obtenção de fundos para o ajustamento estrutural, a política monetária e financeira terá de se mostrar mais prudente e ser orientada para os setores criadores de riqueza e a política orçamental terá de ser menos inflacionista.

A ajuda internacional, os empréstimos concessionais e os donativos terão de ser canalizados para atividades criadoras de riquezas, mais do que para o de consumo de bens importados.

A agricultura, através da exportação de cacau, constitui o principal gerador de divisas para o país. Do cultivo da terra depende a maior parte da população mas, tradicionalmente, o setor agrícola contribui com menos de trinta por cento para o PIB, ao contrário do que sucede na maioria dos países menos desenvolvidos.

Para aumentar as suas receitas, São Tomé e Príncipe vai ter de criar riqueza e melhorar a capacidade de gestão da economia, a agricultura vai ter de produzir para a exportação

¹ Heitor Alberto Coelho Romana, “São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, 1997, p. 106.

² AIP, “Guia das Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas em S.Tomé e Príncipe”, p. 24.

³ Heitor Alberto Coelho Romana, “São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, 1997, p. 107.

mas, também, para o consumo e para a transformação local, através da criação de pequenas e médias empresas. A política de crédito precisa de ser mais favorável para as actividades produtivas, pois o crédito continua com um custo excessivo, o que limita o financiamento bancário às actividades produtivas e penaliza a iniciativa privada.

Uma missão do *FMI* esteve em São Tomé, em 1995, para avaliar o progresso das reformas económicas e reconsiderar o desembolso da terceira tranche de que dependia a continuidade do Programa de Ajustamento Estrutural.

Entre as medidas tomadas pelo governo no decorrer do último trimestre de 1994, conta-se a desvalorização da moeda santomense – dobra – e o aumento dos preços dos combustíveis. Seguindo os conselhos do *Banco Mundial* e do *FMI*, São Tomé e Príncipe continua a apostar na implementação das reformas estruturais.

O exemplo de sucesso empresarial que se verificou na área das telecomunicações não esconde, todavia, o relativo insucesso que se tem verificado com a adoção de sucessivos *PAE* por parte das autoridades santomenses.

Atuou-se também, do lado da redução de despesas correntes e reduzir subsídios à importação de bens essenciais.

A situação de emprego no país tem sido, e continua a ser, uma preocupação geral, uma vez que os níveis de ocupação da população ativa são baixos e a taxa de desemprego é muito elevada.

O setor terciário é o que tem gerado mais emprego, embora os dados apresentados mostrem que o setor primário teve também um papel importante na criação de novos postos de trabalho, inversamente o setor secundário é aquele que menor importância tem e o que menos contribui para a melhoria das oportunidades de trabalho.

“Com salários em atraso e com o preço dos produtos a subir, este último em consequência das medidas previstas no *PAE* (liberalização dos preços e fim dos subsídios estatais em alguns produtos de grande consumo), os custos sociais do ajustamento começam a fazer-se sentir”.⁴

Para evitar uma dramatização dessa situação, o *PAE* prevê o desenvolvimento de ações específicas a fim de minorar os custos sociais: proteção “dos grupos vulneráveis, medidas compensatórias e disposições transitórias e participação dos pobres no processo de crescimento”.⁵

Com o “amadurecimento” da democracia em São Tomé e Príncipe, tem-se verificado que a *cooperação para*

o desenvolvimento é um investimento, neste país, na medida em que o apoio concedido ao desenvolvimento tem contribuído para os progressos extraordinários que se têm vindo a registar (apesar de algumas vicissitudes) no plano do *bem-estar* económico e social. O número de pessoas que viram aumentar o seu rendimento e a sua esperança de vida, melhorar a sua educação e o seu acesso aos serviços essenciais, tem aumentado, ainda que a duas velocidades: a primeira mais lenta no período pós-independência, com a opção política marxista, o período de partido único, com as suas consequências políticas, económicas e sociais que lhe estiveram associadas; a Segunda, referente ao período já na década de noventa, com uma opção política assente no multipartidarismo, ou seja a génese da democracia em São Tomé e Príncipe, que contribuiu uma abertura interna e externa da sociedade santomense, o que a nível político, económico e social, acarreta *mais-valias*.

“A *cooperação para o desenvolvimento* tem conduzido, por outro lado, ao surgimento de novos parceiros económicos, que desempenham um papel cada vez mais dinâmico e geram, nos nossos países, novas correntes de trocas comerciais, novos investimentos e novos empregos”.⁶

O apoio concedido aos esforços de desenvolvimento reflecte a preocupação permanente dos governos santomenses, nestes últimos anos, pela dignidade humana e bem-estar dos seus semelhantes.

Apesar das evoluções mais ou menos favoráveis, ainda, mais de metade da população deste país vive num estado de extrema pobreza. Contudo, com base em ensinamentos anteriores, existem “boas” perspectivas de conseguir reduzir substancialmente a pobreza nos próximos anos.

O sector *interno* é dominado por uma produção de bens e serviços não transferidos para o mercado internacional. Trata-se pois, de uma economia muito vulnerável face às condições internacionais. Em primeiro lugar, São Tomé e Príncipe, não tem qualquer influência no chamado preço internacional. O comércio externo de São Tomé e Príncipe, está fortemente concentrado num pequeno grupo de países que, no entanto, varia de ano para ano. As exportações sendo uma excelente fonte de receitas para o país exportador, permite um apoio significativo ao desenvolvimento desse mesmo país. São Tomé e Príncipe, deve apostar nas exportações, apoiando-se não só naqueles produtos já comercializados com o exterior, mas em novos produtos ainda

⁴ Manuel Ennes Ferreira, *Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R.D. São Tomé e Príncipe* in “Revista Internacional de Estudos Africanos”, n.ºs 12-13, p.163.

⁵ *Idem*, p.163.

⁶ OCDE / CAD, “O papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI”, maio 1996, p. 26

não conhecidos, explorando as suas potencialidades, como diz *Schumpeter* em situações semelhantes, “quanto à introdução de um novo bem, terá que ser um com o qual os consumidores não estejam ainda familiarizados ou uma nova qualidade de um bem”.⁷

Falar de desenvolvimento, em África no geral e no caso particular em São Tomé e Príncipe, deve-se no meu entender, ter em linha de conta, dois conceitos – *Desenvolvimento Humano* e *Desenvolvimento Integrado*. O *Desenvolvimento Humano*, é o mais recente, mas não é o menos trabalhado. No *Relatório do PNUD* de 1990, sobre o *Desenvolvimento Humano*, há uma preocupação de encontrar novos indicadores e incorporar todos os outros conceitos. No princípio de 90, o conceito de desenvolvimento era ainda muito ligado às necessidades básicas. Posteriormente, o conceito de desenvolvimento foi enriquecido com o conceito de participação (eleições). Por outro lado, há necessidade de ter em conta as assimetrias *homens / mulheres, rurais / urbanos* e ver aquilo que contribui para o desenvolvimento.

Um outro “conceito”, que os políticos santomenses devem ter em conta, na definição de estratégias políticas económicas e sociais, é o do *Desenvolvimento Integrado*, no qual aparece subjacente o facto de os governos santomenses, serem capazes de articular as dimensões da vida em sociedade – *política, económica e social* e por outro lado articular as três dimensões em que o ser humano se realiza: *individuo, grupo e cosmos*.

Existem, atualmente estratégias que conduzem ao sucesso. A experiência mostra que um desenvolvimento sustentado e uma cooperação eficaz, assentam na existência de um certo número de elementos fundamentais:

- um contexto político adequado, favorável à estabilidade e ao crescimento económico, com o pleno espaço de manobra para um setor privado forte com uma base fiscal correta;
- investimentos no desenvolvimento social, nomeadamente, na educação, nos cuidados de saúde primários e em actividades relacionadas com a população;
- reforço da participação de todos os cidadãos, em particular as mulheres, na vida económica e políticas e redução das desigualdades sociais;
- boa gestão do setor público, instituições democráticas e responsáveis, proteção dos direitos humanos e respeito pelo Estado de Direito;
- práticas que respeitem o ambiente;

- esforço no sentido de solucionar as causas de potenciais conflitos, limitar as despesas militares e orientar o processo de reconstrução e consolidação da paz, com vista a uma reconciliação e um desenvolvimento duráveis.

São Tomé e Príncipe, tem bem assentes os pilares das estratégias de desenvolvimento, sabe o que quer, que se espera não passarem apenas de uma carta de intenções, mas sim de algo concreto, objetivo, que dê corpo aos anseios das populações, quebre o isolamento faça, de São Tomé e Príncipe, uma Nação próspera.

Uma das apostas, para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, é a exploração de petróleo. Essa aposta, poderá ter efeitos a longo prazo, uma vez que as coisas ainda estão um pouco insipientes.

Nesse caso, é necessário desde já criar estruturas não só técnicas, mas sobretudo humanas que permitam dar consistência aos anseios dos santomenses. Aí surge a *Cooperação Internacional*. Esta, tem sido encarada e aproveitada desde a independência, como uma forma de acomodação dos santomenses, à ajuda externa. O cenário está a mudar, pois não interessa apenas dinheiro, equipamentos, mas apostar, como já se disse, nas capacidades de produção, e de desenvolvimento dos santomenses, através da canalização da *Cooperação Internacional* para a formação de quadros em São Tomé e Príncipe, permitindo que os santomenses não tenham que se formar no estrangeiro, ficando por lá, nos países de acolhimento.

A *Cooperação Internacional*, assume um papel determinante para o estabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos e na evolução da economia do país, tendo uma especial responsabilidade no processo de investimento na economia do país, de forma a que o crescimento sustentável se torne uma realidade.

“A economia, o ensino e as infraestruturas necessárias ao crescimento e fortalecimento do país estão a beneficiar dos planos de cooperação internacional que assentam cada vez mais na formação de quadros. A aposta na valorização dos recursos humanos torna-se imprescindível”.⁸

De referir o papel importantíssimo da cooperação internacional a todos os níveis para o desenvolvimento dos países mais pobres, dos quais São Tomé se inclui.

“A cooperação internacional é necessária para obter recursos financeiros e para definir relações comerciais que permitam o desenvolvimento das economias africanas.

⁷ François Perroux, “La Pensée Économique de Joseph Schumpeter”, Genève, 1965, [s.p].

⁸ Fernando Campos, “Drenar os pântanos é preciso”, in *Revista África Hoje*, abril 2004, p. 54.

A participação nos canais de cooperação internacional é um instrumento para a afirmação do poder nas sociedades africanas.

A consolidação do poder nas sociedades africanas assenta na capacidade distributiva dos agentes do poder, o que valoriza o papel dos canais de cooperação.⁹

A sociedade santomense começou já a perceber esta realidade, em particular as autoridades políticas, que começaram a canalizar parte da cooperação para a formação de quadros, ou para a criação de estruturas que sejam apelativas àqueles que, formando-se no estrangeiro, possam aplicar os conhecimentos adquiridos no seu país.

Por outro lado, de realçar o reforço do papel de Portugal, no concerne à canalização da cooperação no sentido de contribuir para a concretização das estruturas atrás referidas.

A forma como se encara o desenvolvimento e a *cooperação para o desenvolvimento* sofreu uma modificação radical. Atualmente, há uma visão mais abrangente, com um noção mais precisa da forma como funcionam as sociedades e o sistema internacional. Um processo de desenvolvimento sustentado, baseado na participação e mais centrado no ser humano deve responder a um leque muito mais variado de objetivos.

“Entendendo que a economia é precedida da política, estamos em crer que os elementos prospetivos para o futuro de África, evidenciados pelos macroeconomistas podem ser invertidos. E podem sê-lo se houver por parte dos africanos, e sobretudo deles, vontade política em alterar este estado de coisas”.¹⁰

Conclusões

Sendo o Estado, a entidade que, por excelência, exprime no plano interno e no externo a vontade coletiva, seja o efetivo garante do cumprimento da lei. É que sendo fundamental para o desenvolvimento e o aumento do investimento em São Tomé e Príncipe, é óbvio, que este só opera não só em condições de estabilidade, mas ainda de credibilização do Estado que responde em primeira linha pelo cumprimento das regras que a si próprio impõe. Essa credibilização deve, aliás, ser extensiva aos agentes que são o suporte das próprias instituições públicas, enquadráveis, aliás, numa atenção redobrada sobre o “capital humano”, verdadeiro motor do

desenvolvimento e sem o contributo do qual tudo o resto falha ou falece.

Tomou-se consciência de que o desenvolvimento tem de ser compatibilizado com a liberdade individual, a qual potencializa a utilização da imaginação criadora, reforçando por esta via o “capital humano”. Esta constatação, a par com a dependência de São Tomé e Príncipe em relação aos países mais desenvolvidos, levou o primeiro, na perspetiva já abordada, a utilizar a “arma económica” para a concretização de processos tendentes à institucionalização do regime democrático.

A reforma do regime político deve ser parte integrante da estratégia de desenvolvimento do país. Dito de outro modo, o regime político é função e condicionante da estratégia de desenvolvimento ou, explicando-me melhor, a primeira etapa na elaboração de uma estratégia é a definição de um regime político, a criação e implementação de suas instituições e a promoção do seu correto funcionamento.

Por outro lado, uma estratégia de desenvolvimento baseada no aproveitamento dos recursos humanos santomenses pressupõe que:

- a liderança do país faça uma opção clara pela abertura ao exterior e pela inserção do país nos circuitos do mercado mundial;
- a modernização da sociedade fosse assumida como tarefa fundamental do regime;
- o regime político se transformasse no sentido de facilitar, encorajar e dirigir o processo de modernização;
- a competência fosse estabelecida como um dos critérios fundamentais para atribuição de responsabilidades.

São Tomé e Príncipe precisa pensar numa estratégia que coloque o Homem santomense na posição de motor da criação do progresso e bem-estar para todos.

O elemento fundamental de tal estratégia tem de ser uma política coerente e uma gestão eficiente dos recursos humanos. Esta política envolve necessariamente uma abordagem coordenada e multissetorial. Apela para uma harmonização das políticas sociais e macroeconómicas, e para um sistema de relacionamento eficaz entre as mudanças tecnológicas, os sistemas educacionais e a formação para o trabalho. Uma tal estratégia pressupõe um plano integrado para a total utilização dos recursos humanos existentes e sua constante atualização.

A cooperação internacional em São Tomé e Príncipe, tem feito mais ou menos o percurso apresentado relativamente aos aspetos políticos e económicos, introduz uma nova

⁹ Rui Moreira de Carvalho, “Compreender África: teorias e práticas de gestão”, Temas e Debates, Lisboa, 2003, p. 37.

¹⁰ Vítor Ramalho, “África que futuro?”, Edições Cosmos, Lisboa, 1995, pp. 37-38.

rubrica, até então desconhecida dos projetos de desenvolvimento para aquele país – a valorização dos recursos humanos. Começou a haver a preocupação de considerar a formação profissional como uma componente de programas / projetos a desenvolver o mais possível em São Tomé e Príncipe, priorizando-se a criação de centros de formação profissional nos setores considerados prioritários para o desenvolvimento económico e social do país.

O desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento refletem a experiência humana.

A cooperação internacional teve (e tem) um papel importante na criação de estruturas que permitem a passagem par este segundo momento, bem como a sua consolidação.

Muito ainda há a fazer, contudo, a aposta na valorização dos recursos humanos, faz com que a sociedade santomense se sinta envolvida neste processo de consolidação da democracia e de desenvolvimento do país, tendo consciência que este processo é longo.

O passado e o presente que se acabou de descrever e concetualizar parecem bastante sombrios.

Deve daqui deduzir-se que o futuro também o será?

Bibliografia

- ÁFRICA HOJE (Revista), Lisboa, Lucidus Publicações, Lda., 2004.
- AIP – ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, “Guia das Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas em S.Tomé e Príncipe”, [s.l.],[s.d.].
- CARVALHO, Rui Moreira, “Compreender África: teorias e práticas de gestão”, Lisboa, Temas e Debates
- FERREIRA, Manuel Ennes, “Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R.D.São Tomé e Príncipe” in Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa.
- OCDE/CAD, “O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI”, [Lisboa], maio 1996.
- PERRoux, François, “La Pensée Économique de Joseph Schumpeter”, Genève
- RAMALHO, Vítor, “África que futuro?”, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.
- ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras, “São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades”, ISCSP/UTL, Lisboa, 1997.